

COMPRANDO TEMPO DIANTE DA CRISE DO CAPITALISMO

Maurilio Lima Botelho

Resenha de *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático*, de Wolfgang Streeck. Lisboa: Actual Editora, 2013. Tradução: Marian Toldy e Teresa Toldy. Edição digital (epub).

Até a década de 1970, os principais autores da chamada Escola de Frankfurt elaboraram suas obras em torno de uma crítica da racionalidade, da ciência, da filosofia e da cultura modernas. Ao contrário de uma leitura muito popular, não se pode dizer que as relações econômicas foram substituídas, nesse “marxismo tardio” (Fredric Jameson), por uma crítica da cultura ou da razão, já que os principais frankfurtianos haviam asseverado que o fetiche da mercadoria “se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos” (Adorno e Horkheimer, 1985: 40). Nos anos 70, entretanto, ocorreu uma grande mudança no foco das análises: a chamada “segunda geração” da Escola de Frankfurt mudou radicalmente suas atenções teóricas, voltando para a análise política, para a teoria do Estado (Claus Offe) e mesmo abandonando a crítica baseada na forma da mercadoria para uma compreensão da sociedade fundada na linguagem (Jürgen Habermas). Nesse momento, a teoria do capitalismo parecia ter rompido de vez com os fundamentos da “crítica da economia política” (Marx), já que até mesmo as crises eram agora prioritariamente compreendidas como crises políticas ou mais precisamente “crises de legitimação”.

É em virtude dessa mudança que um livro publicado recentemente na Alemanha, com edição portuguesa de 2013, tem uma importância fundamental para a trajetória da chamada Teoria Crítica. De autoria de Wolfgang Streeck, sociólogo e cientista político alemão, diretor do reconhecido Instituto Max Planck para Estudos da Sociedade, o livro *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático* é o resultado das chamadas Lições Adorno realizadas em Frankfurt em 2012 – renomado ciclo de palestras que convida anualmente figuras destacadas da teoria social contemporânea. A obra tem por motivo inicial uma discussão sobre a mudança no caráter da crise operado na Escola de Frankfurt. Resultado de discussões entre os autores do antigo

Maurilio Lima Botelho, *Comprando tempo diante da crise do capitalismo*
Revista Continentes (UFRRJ), ano 4, n.6, 2015 (ISSN 2317-8825)

140

140

Instituto de Pesquisa Social, a tese de que o capitalismo do pós-guerra teria suplantado politicamente a instabilidade crônica do capitalismo foi defendida por Friedrich Pollock e teria atestado que

o surgimento das grandes empresas e de instrumentos de planeamento estatal cada vez mais desenvolvidos pôs termo definitivamente ao tempo do *laissez faire*, transformando o capitalismo avançado num sistema económico regulado pela política e, em princípio, não sujeito a crises (STREECK, 2013).³²

Essa formulação foi compartilhada por vários autores frankfurtianos e teria inclusive servido de referência para alguns desdobramentos teóricos mais amplos, como o conceito de “mundo administrado” de Adorno ou mesmo de “sociedade unidimensional” de Marcuse. No fundo, uma ideia comum de que o “primado da política” significava um nível tão elevado de capacidade de administração social e burocratização que tanto o mercado quanto vários outros momentos da vida cotidiana, e mesmo a consciência individual, foram transformados em objeto de controle e planejamento especializado.

Com a virada na década de 1970, Habermas e Offe colocaram o foco de uma nova teoria da crise não mais nos fundamentos econômicos do capitalismo avançado, mas em seu núcleo político. A crença num “capitalismo organizado” não faria mais sentido, pois a realidade daquele momento mostraria exatamente que a instabilidade agora derivava da incapacidade de legitimação política do capitalismo. A *teoria da crise de legitimação do Estado* surgiu como transformação da Teoria Crítica em crítica da política – ainda que Offe fizesse todo o esforço para fundar o funcionamento do Estado na “lei do valor”³³ –, ou mais precisamente em teoria política convencional, já que Habermas se tornou o defensor de uma nova forma de sociabilidade capaz de assegurar as estruturas democráticas amparando-as numa “ação comunicativa”.

Entretanto, a crise de legitimação que Habermas e Offe faziam referência pontuava a incapacidade do próprio Estado em atender o conjunto de demandas ampliadas pela democratização, o caráter desestabilizador de camadas sociais cada vez mais desvinculadas do exercício político democrático ou mesmo indiferentes às eleições, os grupos juvenis descontentes com os rumos da sociedade burocratizada e o surgimento

³² Utilizo uma edição eletrônica do livro (formato *epub*), portanto, sem numeração fixa das páginas. Também respeito a grafia da tradução de Portugal.

³³ “A forma-mercadoria pode (...) ser encarada como o ‘ponto de equilíbrio geral’ do Estado capitalista” (Offe, 1984: 126).

de grupos alheios aos partidos e ao Estado que enveredavam para a ação armada. Na avaliação atual de Wolfgang Streeck, a crise de legitimação que veríamos se aprofundar daí em diante não se devia exatamente aos trabalhadores, mas ao capital propriamente dito:

As teorias neomarxistas da crise, de Frankfurt, reconheceram há quatro décadas, de forma diferente e mais perfeita de que a maioria das outras teorias do capitalismo social da época, a fragilidade interna do mesmo. Mas não avaliaram corretamente as suas causas e, portanto, também o rumo e a dinâmica de mudança histórica iminente. A abordagem destas teorias excluía a possibilidade de ser o capital e não o trabalho a retirar legitimidade ao capitalismo democrático, tal como este se tinha desenvolvido nos *trente glorieuses*. Na realidade, a história do capitalismo posterior aos anos 70 do século XX, incluindo as sucessivas crises económicas ocorridas neste período, é a história de evasão do capital à regulação social que lhe foi imposta após 1945, mas que ele próprio nunca desejou (2013).

142

Foi a elite do sistema económico que abandonou os acordos, estruturas e promessas adotadas voluntaria ou involuntariamente com o keynesianismo e o Estado do Bem-Estar Social. Isso levou a uma desestabilização política gigantesca que avança até os dias de hoje e transformou em peça de história o envolvimento entre capitalismo e democracia. As dificuldades económicas acumuladas, brotando de modo impetuoso a partir da década de 1970, ofereceram como opção ao capital abandonar o curto período democrático com o qual se envolveu:

Retrospectivamente, a história da crise do capitalismo tardio desde os anos 70 afigura-se como um desenvolvimento da tensão, muito antiga e fundamental, entre o capitalismo e a democracia – como dissolução progressiva de um casamento forçado, arranjado entre ambos depois da Segunda Guerra Mundial. Ao transformarem-se em problemas de acumulação, os problemas de legitimação do capitalismo democrático perante o capital exigiram como condição para a sua solução que a economia capitalista se libertasse cada vez mais da intervenção democrática (2012).

Aqui fica evidente a importância do livro: se o caminho trilhado pela Teoria Crítica foi um deslize em direção à centralidade política na reflexão teórica, a obra de Streeck demonstra que, assim como a hipostasia democrática, o “primado da política” não passou de um breve período histórico ou, no limite, uma formulação ideológica do capitalismo de Estado. Como expressou em um artigo publicado no *Le Monde*, em

2012, “dia após dia, os episódios que marcam a crise atual do capitalismo mostram que os ‘mercados’ são os que ditam as leis aos Estados” (STREECK, 2015).³⁴

Não deixa de soar estranho que um autor apresentado como “cientista político” tenha se voltado à discussão econômica e à demonstração dos vínculos que limitam a atuação estatal na sociedade contemporânea.³⁵ Mas Streeck não está preocupado com limites disciplinares ou com ordem de prioridades lógicas: sua intenção é realizar uma reflexão sobre o caráter da crise econômica e da crise estatal, apontando como os vínculos cada vez mais estreitos entre Estado e Mercado tornam o panorama atual complexo e dramático.

Esse é o ponto de partida em suas lições – apesar de não ter sido formado, ser um herdeiro ou discípulo frankfurtiano, o diálogo é estabelecido desde o princípio com a herança da Escola de Frankfurt³⁶ e principalmente com essa alteração fundamental na crise de legitimação do capitalismo que fez nascer a “revolução neoliberal”. Aliás, uma das principais contribuições do texto é exatamente a cuidadosa análise realizada que mostra como o neoliberalismo, longe de ser uma nova era da política moderna, foi na verdade uma (fracassada) estratégia político-econômica criada para enfrentar a crise. O sucessivo fracasso do neoliberalismo, contudo, não significou o seu abandono, pelo contrário, a cada etapa de aprofundamento da crise capitalista iniciada na década de 1970, novas técnicas são adotadas para tentar dar fôlego ao mercado. Assim, o

³⁴ Devido à grande repercussão dessa obra, uma resposta elaborada por Habermas aceitava inicialmente esse diagnóstico apresentado por Streeck, principalmente seu giro na teoria da crise: “O ponto de partida é uma justa crítica da teoria da crise desenvolvida por Claus Offe e por mim em princípios dos anos 70. O otimismo que reinava então em torno do controle keynesiano nos havia levado a supor que os potenciais econômicos da crise, politicamente dominados, *se deslocavam* para as imposições contraditórias erguidas ao aparato estatal acima de suas possibilidades e até para ‘contradições culturais do capitalismo’ (como o formulara Daniel Bell alguns anos depois) e que *se expressariam* em forma de crise de legitimação. Hoje não estamos (entretanto) diante de uma crise de legitimação, mas sim diante de uma dura crise econômica” (Habermas, 2013: 33).

³⁵ “Elaborar uma teoria macrossociológica da crise e uma teoria social da democracia sem referência à economia enquanto atividade político social tem de parecer absolutamente errado, tal como o pareceria qualquer concepção de economia na política e na sociedade que ignorasse a sua organização capitalista atual. Ninguém pode – depois daquilo que aconteceu desde 2008 – compreender a política e as instituições políticas sem as pôr numa estreita relação com os mercados e os interesses econômicos, assim como com as estruturas de classe e os conflitos que dela resultam” (Streeck, 2013).

³⁶ Em certo sentido, ainda que os fundamentos teóricos sejam bem diversos, o fato de não pertencer à linhagem da Escola de Frankfurt o torna mais apto a avaliar e rejuvenescer parte de seu legado. Como expressou Helmut Dubiel em livro sobre a herança frankfurtiana, talvez hoje a Teoria Crítica deva ser mais dignamente mantida se não significar uma manutenção invariável de suas teses: “Creio que não tem nenhum sentido tratar de defender a todo custo o “lugar” de Frankfurt. Isto não faz sentido. A Escola de Frankfurt nem sequer existe mais em Frankfurt. Emigrou para Hanover e até Lüneburg” (2000: 133).

neoliberalismo é um fiasco ininterrupto que não deixa nunca de ser oferecido como remédio que agrava ainda mais a doença. No desdobramento teórico dessa trajetória, o livro de Streeck se transforma numa das melhores análises do neoliberalismo.

Em primeiro lugar, a crise desencadeada em 2008 não é uma crise entre outras na história da economia capitalista, mas a expressão aprofundada do esgotamento do ciclo de forte crescimento do pós-guerra. A crise atual, portanto, não é uma entre outras, mas a continuidade de uma longa trajetória crítica: “a crise diagnosticada nos anos 70 se desenvolveu de facto, assumindo configurações sempre novas ao longo do tempo, até chegar, em 2008, à sua forma atual” (STREECK, 2013). Quais são as configurações que a crise assumiu ao longo do tempo?

Na avaliação de *Tempo Comprado*, a crise econômica que colocava em risco todo o equilíbrio político criado no *boom* do pós-guerra foi inicialmente enfrentada com medidas inflacionárias. A liquidação de Bretton Woods permitiu o uso de mecanismos de introdução de recursos monetários na economia sem nenhuma contrapartida real, portanto, criando meios de financiamento do Estado, reduzindo as dívidas através da desvalorização da moeda e permitindo assim conter os conflitos que haviam surgido em fim dos anos 60 e que ameaçavam a ordem política. Até mesmo os trabalhadores, naquele momento organizados em sindicatos que exigiram políticas de indexação dos salários diante da inflação, não viam na inflação imediatamente um problema grave, o que criou uma ilusão baseada no reajuste monetário:

A inflação causou um aumento aparente, mas não real, do bolo a distribuir, mas isso, a curto prazo, não fez necessariamente diferença; criou a ilusão, tanto junto de trabalhadores como de empregadores – uma «ilusão monetária» em termos keynesianos –, de um aumento da prosperidade que permitia um novo consumismo (STREECK, 2013).

É evidente que essa política de afrouxo monetário não poderia durar muito tempo e a estagflação que se abateu sobre as principais economias mundiais, na metade da década de 1970, anunciou o fim dessa primeira estratégia de imprimir dinheiro para resolver problemas fiscais de um Estado cada vez mais ampliado devido às exigências democráticas. O fim dessa política abriu caminho para os ataques ao “peso” do Estado e o início propriamente dito da era neoliberal: na virada da década, tanto nos EUA quanto na Inglaterra, o compromisso político de manutenção do pleno emprego foi superado. Com a nova agenda política implementada por Reagan e Thatcher, o

desemprego não apenas deixava de ser encarado como problema, mas a sua ampliação podia representar economia nas instituições e empresas públicas – começava a era da austeridade.

A inflação descontrolada foi tratada com um problema tão sério – substituindo o desemprego como a principal meta a ser enfrentada --, que a primeira grande técnica para combatê-la foi a ampliação das taxas de juros pelas autoridades monetárias. A ideia, como se sabe, é conter o nível de demanda, encarecendo o empréstimo de dinheiro, mas o efeito logo sentido foi a ampliação vertiginosa do endividamento público: juros mais elevados multiplicavam o volume da dívida contraída pelos governos, que, numa trajetória quase irreversível de crise fiscal, baixo crescimento econômico e desemprego crescente, era agora a fonte mais segura de financiamento estatal.

O endividamento público, tal como a inflação, permite a um governo utilizar, para a pacificação de conflitos sociais, recursos financeiros que na realidade ainda não existem – neste caso, os recursos que ainda têm de ser criados pelos cidadãos e retirados aos mesmos pelo Estado, na forma de impostos. Recorre-se novamente ao sistema monetário, neste caso não à impressão de dinheiro, mas sim às instituições privadas de crédito, que pré-financiam as futuras receitas fiscais do Estado (STREECK, 2013).

Esse processo ativou a montanha-russa de endividamento estatal que varreu o mundo na década de 1980: as taxas de juros elevadas nos EUA, país da moeda hegemônica, forçaram uma alta geral dos juros nos demais países, para concorrer com a segurança dos empréstimos oferecidos ao centro do capitalismo. A quebra de algumas nações deu o tom da chamada “década perdida”. Assim, o neoliberalismo demonstrou de partida uma de suas contradições principais: de um lado, produz uma ladainha sobre a redução do Estado e alívio das contas públicas, de outro, amplia vertiginosamente o “peso” do Estado na economia, mas através da crescente dívida.

Novamente, esse processo não poderia perdurar pelas suas limitações intrínsecas e pela terra arrasada de crises financeiras que deixava em seu rastro. No início da década de 1990, uma nova maneira de contornar a crise econômica e fiscal foi implementada. A partir do governo Clinton, sobretudo, começa a política de “consolidação orçamentária”, isto é, a tentativa de resolver o problema de endividamento através de redução de despesas e eliminação do déficit de arrecadação. A onda de privatização da década anterior é seguida por uma significativa

e sistemática política de cortes nas despesas sociais, cujo resultado imediato, juntando-se ao desemprego cada vez mais elevado, é a queda do nível de vida das camadas mais pobres da população e dos trabalhadores. O neoliberalismo, como é óbvio hoje, realiza uma redistribuição de riqueza para aqueles que detém patrimônio, principalmente os possuidores de títulos da dívida soberana.

O nexó político entre o endividamento do Estado e a distribuição da riqueza só se torna patente quando o financiamento das dívidas dos Estados no período de viragem neoliberal é encarado como consequência de uma tributação demasiado baixa das camadas da população que possuem patrimônio. Quanto menos o sistema fiscal exigir da propriedade dos mais abastados e dos seus herdeiros, em prol da comunidade, tanto mais desigual será a distribuição da riqueza, o que se manifesta, entre outras coisas, numa taxa de poupança mais elevada na faixa superior da sociedade. (STREECK, 2013).

Nesse momento, Streeck recorre à teoria econômica para tratar da tese da estagnação: o quadro de uma economia de baixo crescimento se agrava diante da redução salarial, dos direitos sociais, das políticas compensatórias, enfim, do empobrecimento de parcelas crescentes da sociedade. Como resolver essa situação? O Estado neoliberal amplia ainda mais as medidas de desregulamentação econômica, tornando-a política sistemática, ampliando o que já vinha sendo praticado desde a década de 1980. A desregulamentação do mercado financeiro, dessa maneira, permite uma multiplicação das oportunidades especulativas e do acesso ao crédito, portanto, de realização de consumo corrente com pagamentos no futuro. Substitui-se a política de endividamento público pela possibilidade do generalizado endividamento privado: o que nosso autor chama de “keynesianismo privatizado”.

O keynesianismo privatizado substitui o endividamento público pelo endividamento privado como mecanismo de aumento da reserva da economia política no que diz respeito a recursos distribuíveis. Trata-se da terceira e, até à data, última versão do preenchimento da lacuna das promessas do capitalismo tardio do pós-guerra através de uma antecipação do poder de compra. Nesta versão, o Estado – através da política reguladora correspondente – limita-se a permitir aos agregados familiares que se endividem por sua conta e risco, para compensar as perdas dos rendimentos provenientes da atividade remunerada e das prestações sociais do Estado (STREECK, 2013).

Novamente, numa repetição histórica de curto prazo, essa ciranda financeira e de dívidas tem por imediato resultado o surgimento de bolhas especulativas e suas

sucessivas explosões. Por motivos diversos, mas sempre com a mesma encenação, a crise iniciada há quarenta anos se estende por meio de irrupções catastróficas periódicas. Aqui se justifica o título da obra: a sistemática (1) política inflacionista da década de 1970, o (2) endividamento público dos anos de 1980 e o (3) endividamento privado da última década do século não passam de artimanhas para contornar uma crise muito mais profunda; limitam-se a métodos paliativos, a postergar a solução estrutural para a crise, enfim, compra de tempo, uma “fuga para a frente” sem nenhum objetivo concreto.

Nessa altura, três comentários podem ser dirigidos ao cerne da obra. O primeiro, de caráter mais expositivo, é a evidente esquematização proposital utilizada por Streeck: esses três meios de “comprar tempo” são mais nítidos nos EUA, onde operam quase que de modo sucessivo, mas são mais complexos em outros países. Na Europa, por exemplo, esses expedientes por vezes aparecem amalgamados, tratando-se de uma opção argumentativa por parte do autor a sua separação. Aliás, a partir do grande abismo aberto em 2008, com a quebra do mercado do *subprime* e a crise financeira global, essas estratégias são implementadas ao mesmo tempo, particularmente na “Eurolândia”.³⁷

O segundo comentário, voltado aos fundamentos teóricos da sua análise, é o fato de que, sob vários aspectos, apesar de todo trato com a herança frankfurtiana, falta o momento de elaboração essencial em torno do caráter da economia de mercado, isto é, da própria forma social capitalista enquanto tal. Ao amparar-se na tese de Karl Polanyi das três mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), Streeck perde a contribuição mais importante da Teoria Crítica em seu auge, o fundamento da socialização burguesa na forma da mercadoria. Suas observações sobre o “mundo governado pelas forças do mercado” (citando Alan Greenspan) ou sobre a lógica de “maximização do capital” acabam por ficar na superficialidade da troca, sem problematizar a *forma da produção burguesa*.

³⁷ Uma das contribuições do livro de Streeck é sua análise do projeto de integração europeia como um grande concerto neoliberal para escapar ainda mais das obrigações democráticas, criando instâncias supranacionais que não respondem a ninguém. A União Europeia, assim, ao contrário de todo o discurso de paz e unificação entre nacionalidades diferentes, não passa de uma estratégia sistemática de “economia política hayekiana” (2013).

Por fim, e resultado dessa observação mais de fundo, a própria natureza da crise não fica precisamente determinada. É claro que sua obra é ímpar pela descrição da natureza múltipla e complexa da crise, mostrando os vínculos estreitos entre a “crise tripla” que enfrentamos atualmente: crise financeira (dos bancos), crise orçamentária (dos Estados) e crise de crescimento (da produção de mercadorias). Mas ainda assim permanece obscura a natureza fundamental da crise – compra-se tempo para evitar exatamente o quê?

Para não entrarmos na complexa discussão do evidente subconsumismo presente em sua abordagem, ressaltamos apenas que há uma perspectiva ainda de salvar a democracia presente nesse texto de 2012. Uma ampla reforma política e econômica poderia reatar o vínculo rompido entre capitalismo e democracia – é essa a impressão que se tem principalmente na reflexão sobre o futuro da União Europeia e sobre a tentativa de salvação da justiça social diante da justiça do mercado (veja a seção “Capitalismo ou democracia”). Há aqui, apesar de todo o pessimismo diante do cada vez mais presente “modelo social hayekiano da ditadura de uma economia de mercado capitalista” (STREECK, 2013), um tom ainda de esperança na recomposição de instituições democráticas desfeitas nos últimos quarenta anos.³⁸

Entretanto, ao que parece, os caminhos da reflexão de Streeck se aprofundaram posteriormente. Nessa obra de 2012, o limite da reflexão é a “crise do capitalismo democrático”, o fim da era que havia se iniciado com o Estado de proteção social e com a economia política keynesiana. Em artigos recentes, seu horizonte de análise se ampliou ainda mais e suas conclusões do que representa o longo período de crise que vivemos avançam sobre a própria natureza do capitalismo enquanto tal. Em um artigo de grande repercussão publicado na *New Left Review* (traduzido em português nas páginas da *Revista Piauí*), essa mudança é indicada com uma clareza maior sobre a natureza estrutural da crise:

³⁸ Tem razão Habermas ao apontar uma “opção nostálgica” (2013: 35) presente na obra de Streeck, mas cujo pessimismo acaba predominando sobre o desejo de “regressar ao entricheiramento nacional-estatista dos anos 60 e 70)” (Habermas, 2013: 35). Diante do fato de que a opção mais otimista de Habermas é o avanço de uma verdadeira democracia supranacional (porém, *supraestatal*) para contrabalançar as forças econômicas integradas globalmente, resulta um maior realismo no pessimismo de Streeck. Todas as tentativas de erguer aparatos institucionais supranacionais reguladores fracassaram, a não ser os arranjos políticos e alianças militares que construíram instituições repressivas regionais que servem exatamente para defender as leis do mercado global.

a crise de 2008 foi apenas a mais recente de uma longa sequência iniciada em meados da década de 70, com o fim da prosperidade do pós-guerra. Cada crise mostrou-se mais grave do que a anterior, alastrando-se mais ampla e rapidamente por toda a economia global, cada vez mais interligada. O surto de inflação dos anos 70 foi seguido pelo aumento da dívida pública nos anos 80, e o ajuste fiscal dos anos 90 se fez acompanhar por um acentuado aumento da dívida do setor privado. Já faz quatro décadas que o desequilíbrio tem sido mais ou menos a condição normal do mundo industrial avançado, tanto em nível nacional como global. (...)

Os historiadores nos informam que as crises não são uma novidade para o capitalismo, e podem até ser necessárias para sua saúde em longo prazo. Mas eles estão falando de movimentos cíclicos ou choques aleatórios, após os quais as economias conseguem um novo estado de equilíbrio, pelo menos temporário. O que estamos vendo, porém, parece ser um processo contínuo de decadência gradual, lento mas aparentemente inexorável (2014).

Como aponta o título do texto, o que se trata é da própria possibilidade de pensar o fim do capitalismo, pois a série infindável de tentativas de administrar ou resolver a crise econômica e a crise fiscal, há quatro décadas, não apresentaram nenhum indício de acerto. Ao contrário, complicaram ainda mais a situação que buscavam contornar. A possibilidade desse processo representar a decadência do sistema econômico não pode ser descartada, mas para isso é preciso abandonar o preconceito de que o fim do capitalismo deveria ser um “evento” – algo que acontece de uma vez, facilmente datado e demarcado em termos históricos. Se vivemos numa crise terminal desse sistema, então isso deve ser encarado com um “processo”, longo e incontrolável:

Hoje, diferentemente da década de 30, não há no horizonte nenhuma fórmula político-econômica, à esquerda ou à direita, capaz de fornecer às sociedades capitalistas um novo regime coerente de regulação.

O mais provável é que, com o passar do tempo, ocorra um acúmulo de disfunções pequenas e não tão pequenas – nenhuma necessariamente fatal, porém a maioria sem conserto (e, conforme se multiplicarem, será impossível lidar com cada uma delas individualmente). Nesse processo, as partes do todo vão se encaixar cada vez menos; atritos de todo tipo vão se propagar; consequências inesperadas vão se disseminar, por razões cada vez mais difíceis de serem determinadas. Incertezas vão proliferar; crises de todo tipo – de legitimidade, de produtividade ou ambas – vão se suceder, enquanto diminuirão ainda mais a previsibilidade e a governabilidade (como vem acontecendo há décadas). Por fim, a miríade de correções provisórias concebidas para gerir crises no curto prazo vai entrar em colapso sob o peso dos desastres diários produzidos por uma ordem social em profunda instabilidade e anomia (2014).

Diante de uma visão sombria e assustadora como essa, o pensamento tende a se deter, sob o risco das grandes conclusões. A ciência oficial, por seu turno, tende a ser mais refratária a esse tipo de reflexão: é quase uma exigência para o procedimento

científico que ele seja propositivo, que apresente soluções para o problema que enfrenta teoricamente – e a tese de um limite histórico e absoluto para o capitalismo implica exatamente a incapacidade de formular qualquer solução para conter a desagregação social. Streeck não concorda que essa deva ser uma obrigação do pensamento teórico.³⁹ Talvez o primeiro e mais comum comportamento diante da tese do “desmantelo crônico” do capitalismo seja a recusa irônica e a repetição litúrgica de que mais de uma vez na história foi anunciado erradamente o fim dos tempos. Esse tipo de reflexo condicionado já de antemão está preparado para a rejeição, portanto, não se preocupa muito com a reflexão. Mas Wolfgang Streeck tem uma resposta para essa aborrecida recusa da morte do capitalismo:

Na verdade, todos os principais teóricos já previram seu fim iminente desde que o conceito passou a ser usado, em meados do século XIX – não apenas por críticos radicais como Karl Marx ou Karl Polanyi, mas também por teóricos burgueses como Max Weber, Joseph Schumpeter, Werner Sombart e o próprio Keynes. (Se a história provar que estou errado, pelo menos estarei em boa companhia) (2013).

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento (fragmentos filosóficos)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Dubiel, Helmut. *La teria crítica: ayer y hoy*. Ciudad de Mexico: UNAM/Instituto Goethe, 2000.

Habermas, Jürgen. ¿Democracia o capitalismo? In: *Nueva Sociedad*, no. 246, jul./ago. 2013, p. 32-46.

Offe, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

Streeck, Wolfgang. A crise de 2008 começou a quarenta anos. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1086>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual Editora, 2013.

³⁹ “... considero incorreto exigir a alguém que descreve um problema que apresente uma solução juntamente com a análise do mesmo” (Streeck, 2013).

_____. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em dismantelo crônico. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-97/tribuna-livre-da-luta-de-classes/como-vai-acabar-o-capitalismo>. Acesso em: dez. 2014.